



Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ 13.701.966/0001-06

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2022

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICÍPIO DE ITAGIBÁ**, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ nº 13.701.966/0001-06, com endereço Rua Chile, nº 01, Centro, na cidade de Itagibá-BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Marcos Valério Barreto**, brasileiro, casado, comerciante, portador do da cédula de identidade nº 01.736.146-04 emitida por SSP/BA e CPF nº 254.777.815-72, residente e domiciliado na Rua Dudu Correio, Centro, Itagibá-Bahia, nos termos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, da Lei 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 029/2022, homologado em 14/07/2022, integrante do Processo Administrativo nº 150/2022, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **P. MELO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ nº 12.898.969/0001-00, com endereço Rua Mozart Pinto, nº 336, Bairro Monte Castelo, Fortaleza-CE, CEP 60.325-670, representada por Paulo Melo de Pinho Filho, Carteira de identidade nº 03583214530 DETRAN/CE, inscrito no CPF nº 668.828.183-04, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1- DO OBJETO:

1- A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para Futura e Eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de perfuração de poços artesianos e instalação de kit bombeamento com usina de microgeração de energia solar fotovoltaica a ser conectada na rede elétrica concessionária de energia da Bahia (ON-GRID) para o sistema de abastecimento de água na zona rural do município de Itagibá/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 (doze) meses.

1.1- Do órgão contratante **MUNICÍPIO DE ITAGIBÁ**, descritos no “**DEMONSTRATIVO DE ITENS REGISTRADOS**”, Conforme abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	1	PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, NA REGIÃO DA ZONA RURAL, INCLUINDO O REVESTIMENTO DAS CAMADAS INCONSTANTES COM TUBOS GEOMECÂNICOS STANDER 154 MM; CIMENTAÇÃO ANULAR COM PASTA DE CIMENTO E ADITIVOS; ENSAIO DE VAZÃO DE 24 HORAS; ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DA ÁGUA; TAMPA DE PROTEÇÃO (PROFUNDIDADE ESTIMADA DE 100 MT).	M	900	277,20	249.480,00
1	2	INSTALAÇÃO NA ÁREA RURAL DE KIT DE BOMBEAMENTO PARA POÇO ARTESIANO COM ENERGIA SOLAR, INCLUSO: 01 KIT BOMBEAMENTO P/ POÇO ARTESIANO C/ ENERGIA SOLAR, COMPOSTO POR: - 01 BOMBA SUBMERSA 5CV 27 ESTÁGIOS 220V TRIFÁSICA. DETALHES TÉCNICOS: ESPECIFICAÇÕES DE ACOPLAGEM COM MOTOR DE ACORDO COM A NORMA INEMA; ROTOR DE FLUXO RADIAL; BOCAL DE SAÍDA 1 1/2; COM ROSCA BSP; - 24 PAINÉIS FOTOVOLTAICOS DE 335W. (COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO) - 01 QUADRO DE COMANDOS DE ENTRADA 410VCC COM STRING BOX PARA 24 PAINÉIS DE 335W. COM INVERSOR	SER	16	77.239,37	1.235.829,92



Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ 13.701.966/0001-06

		<p>DE FREQUÊNCIA DC PARA UM TOTAL DE 5CV TRIFÁSICO 220VAC PARA POÇO SUPERIOR A 100 METROS. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES: 01 INVERSOR DE FREQUÊNCIA DE 3,7KW 16A PARA MOTOR DE ATÉ 5CV, 06 FUSÍVEIS 12A, 01 DPS SUPRESSOR DE SURTO 600 VDC, 01 CHAVE SECCIONADORA DC 1000V 25A.</p> <p>- 06 ESTRUTURAS DE SOLO EM AÇO PROTEGIDO POR ZINCAGEM A FOGO PARA 04 PAINÉIS FOTOVOLTAICOS. INSTALAÇÃO DE ACORDO AOS PADRÕES TÉCNICOS COM INCLINAÇÃO E AZIMUTE IDEAL PARA UM MAIOR RENDIMENTO DO SISTEMA.</p> <p>01 KIT INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA, COMPOSTO POR: CORDA, TUBO EDUTOR GEOTÉRMICO, CABEAMENTO ELÉTRICO PP ATÉ 1KV, CABO ELÉTRICO SOLAR PARA INTERLIGAR OS PAINÉIS FOTOVOLTAICO AO QUADRO DE COMANDOS, CONECTOR MC4 PARA CABO ELÉTRICO SOLAR, SISTEMA DE ATERRAMENTO DE ACORDO COM A NORMA NBR5410, LUVAS, VÁLVULAS, CURVAS, NIPLE, BUCHA ADAPTADOR, ABRAÇADEIRA E DEMAIS ITENS QUE FOREM NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO PERFEITA E FUNCIONAL DO SISTEMA.</p> <p>FICHA TÉCNICA DO POÇO: BOCA DO POÇO: 6M; DE DIÂMETRO PROFUNDIDADE ESTIMADA ÚTIL (M); 100M NÍVEL ESTÁTICO: 7M NÍVEL DINÂMICO: 60M DESNÍVEL ESTIMADO: 80M DISTÂNCIA ESTIMADA DO POÇO AO RESERVATÓRIO: 400M VAZÃO MÉDIA PRETERIDA: 5.000 L/H</p>				
2	1	<p>PROJETO E INSTALAÇÃO NA ÁREA RURAL DE KIT DE SISTEMA FOTOVOLTAICO, CONTENDO:</p> <ul style="list-style-type: none">- 1UN INVERSOR SOLAR 8,2 KW MONOFÁSICO 220V E MPPT MONITORAMENTO- 1UN STRING BOX QUADRO 4 ENTRADAS 2 SAÍDA 1000V 2 MPPT- 50M CABO SOLAR 0,6-1KV 1500V DC PRETO- 50M CABO SOLAR 0,6-1 KV 1500 V DC VERMELHO- 32UN PAINEL SOLAR PLACA FOTOVOLTAICA POLICRISTALINO 144 CEL. 335W HALFCELL 17% EFICIÊNCIA- 8UN ESTRUTURAS SOLARES PARA 4 PAINÉIS SOLO TERRESTRE INCLINAÇÃO 5 A 30 GRAUS 4,20M.	SER	16	54.523,50	872.376,00
TOTAL:						2.357.685,92

1.2- As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

2- DA VIGÊNCIA:

2.1- A presente **ATA** terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicidade;

2.2- Durante o prazo de vigência desta **ATA**, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações



Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ 13.701.966/0001-06

que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

3- DA VINCULAÇÃO:

3.1- O disposto na presente **ATA** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

4- DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

4.1- As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente **ATA**, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

5- DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO:

5.1- Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente **ATA**, constam do "**DEMONSTRATIVO DE ITEMS REGISTRADOS**", anexo;

5.2- O órgão contratante poderá promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município.

6- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

6.1- Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;

6.2- Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;

6.3- A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente **ATA**;

6.4- A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);

6.5- A empresa deverá oferecer formalmente um Termo de Garantia, nos termos do Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que deverá ser entregue junto com o objeto da Licitação, pelo prazo de 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo do(s) produtos(s) pela Central de Abastecimento/SMS, entendendo como tal a data de adimplemento;

6.6- A contratada deverá observar, na execução da presente **ATA** o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;

6.7- Dentro do prazo de vigência desta **ATA**, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

7- DO PAGAMENTO:

7.1- O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela contratada, num prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento da obrigação,



Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ 13.701.966/0001-06

considerada como tal a data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subitem 10.2 desta **ATA**;

7.2- Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de cobrança, o órgão contratante efetuará o pagamento da parte efetivamente aprovada e a empresa contratada prestará os esclarecimentos necessários para liquidação do saldo devido;

7.3- Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;

7.4- Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);

7.5- Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de depósito direto na conta corrente da contratada, é defeso à futura contratada a emissão de duplicatas em função do acordo a ser celebrado. A emissão desse título de crédito, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar ilícito grave, equiparável a emissão de “duplicatas simuladas”, demandará o sancionamento da contratada com uma das penas prescritas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inciso III, do art. 88, do mesmo diploma legal;

7.6- O pagamento só será efetuado após a verificação da manutenção da habilitação da contratada, seja através da consulta ON-LINE no CADASTRO GERAL para comprovação de que se encontra em dia com suas obrigações para com a Receita Federal e com o sistema da Seguridade Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Tributos Federais, estaduais e municipais;

7.7- Caso a **ATA** seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito;

7.8- Conforme disposto no artigo 38 do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, alínea “d” do inciso XIV do artigo 40 da Lei 8.666/93, o pagamento pelos produtos poderá ser, conforme a necessidade no órgão contratante, antecipado, mediante a apresentação de seguro-garantia ou fiança bancária, no valor total da parcela adiantada.

8- DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1- A Contratada, na hipótese de inadimplência parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos na presente **ATA**, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

8.1.1- Advertência;

8.1.2- Multa; e,

8.1.3- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Municipalidade de Itagibá-BA por prazo não superior a dois (2) anos.

8.2- Das Multas:

8.2.1- As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;



Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ 13.701.966/0001-06

8.3- Da aplicação das penalidades:

8.3.1- As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

8.4- Da cumulatividade:

8.4.1- A aplicação da penalidade “multa” não impede que o órgão contratante rescinda unilateralmente o acordo e venha a aplicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3.

8.5- Da aplicação das multas:

8.5.1- Multa por atraso da entrega:

8.5.1.1- As multas, caso aplicadas, serão calculadas tomando por base o valor total da parcela em atraso devidamente atualizado, conforme índice adotado para a atualização monetária no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia.

8.5.2- Multa compensatória;

8.5.2.1- Decorridos mais de trinta (30) dias de atraso da entrega do objeto, será aplicada uma multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do objeto, pelos danos causados pela inadimplência do fornecedor.

8.6- Caso a Contratada descumpra o que prevê o item 6.3 desta **ATA**, ser-lhe-á aplicada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor do bem rejeitado, a contar do término do prazo estabelecido naquele item para retirada da mesma.

9- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1- O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando:

9.1.1- O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta **ATA**;

9.1.2- O Fornecedor der causa a rescisão administrativa de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante;

9.1.3- Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelo órgão contratante;

9.1.4- Não aceitar reduzir o (s) preço (s) registrado (s) se este (s) se tornar (em) superior (es) ao (s) praticados (s) no mercado;

9.1.5- Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo órgão contratante;

9.1.6- Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitados de cumprir as exigências desta **ATA**, ou, a juízo do órgão contratante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93.

9.2- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente **ATA**, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa.

9.3- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.



10- DA FISCALIZAÇÃO:

10.1- A Registrada deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante;

10.2- A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente desta **ATA** será exercida por servidor habilitado, designado formalmente órgão contratante, conforme Portaria de Nº 457/2022 de 20 de Maio de 2022, para tal, investido de plenos poderes para:

10.2.1- Recusar o material em desacordo com o objeto;

10.2.2- Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança;

10.2.3- Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados pelos itens 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante;

10.2.4- Tomar quaisquer outras medidas julgadas necessárias para a perfeita execução do objeto.

10.3- A cada entrega de material, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitatório. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados serão custeadas pelo órgão contratante;

10.4- A rejeição dos ITEMS não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.

11- DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:

11.1- Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da **ATA** ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:

11.1.1- Greve geral;

11.1.2- Calamidade pública;

11.1.3- Interrupção dos meios de transporte;

11.1.4- Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,

11.1.5- Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.

11.2- Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;

11.3- Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

12- DA CONTRATAÇÃO:

12.1- O compromisso para fornecimento dos materiais registrados nesta **ATA** será efetivado através de emissão de nota de empenho específica com a empresa, que terá força de contrato;

Itagibá-BA, 14 de Julho de 2022.



Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ 13.701.966/0001-06

PAULO MELO DE PINHO

FILHO:66882818304

P. MELO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

Paulo Melo de Pinho Filho

Representante

MUNICÍPIO DE ITAGIBÁ

Marcos Valério Barreto

Prefeito

MARCOS
VALERIO
BARRETO:254
77781572

Assinado de forma
digital por MARCOS
VALERIO
BARRETO:25477781572
Dados: 2022.09.26
17:19:19 -03'00'

MUNICÍPIO DE ITAGIBÁ

Testemunha:

Marcos Valério Barreto

R.G.:

R.G.:

PARECER JURÍDICO

Opinamos favoravelmente ao presente instrumento por o mesmo não infringir as disposições pertinentes à matéria.

Itagibá - BA, 14 de Julho de 2022.

Setor Jurídico

PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 61, § único da Lei Federal nº. 8.666/93 a Prefeitura Municipal de Itagibá - Ba publica o presente instrumento em local apropriado para que seja dado o fiel cumprimento legal para produção de seus efeitos de direito.

Itagibá - BA, 14 de Julho de 2022.

Setor de Publicações